

# **M**ETODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Renato Janine Ribeiro

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO  
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:  
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE  
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona  
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza  
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas  
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide  
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria  
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel  
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski  
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

**CHEFIA DEPARTAMENTO DE LETRAS**

CHEFE: Daniela Silva da Silva  
VICE-CHEFE: Ari José de Souza

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - LINGUAGEM  
BRASILEIRA DE SINAIS MODALIDADE A DISTÂNCIA**

COORDENADORA DO CURSO: Elenir Guerra  
COORDENADORA DE TUTORIA: Roseli Capelário

**COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB**

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Kleivi Mary Reali,  
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,  
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

MARIA CLÁUDIA TEIXEIRA

# METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

REVISÃO ORTOGRÁFICA  
Daniela Leonhardt  
Maria Cleci Venturini  
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO  
Andressa Rickli  
Espencer Ávila Gandra  
Luiz Fernando Santos

CAPA  
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO  
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

# SUMÁRIO

---

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	07
ENSINAR NA UNIVERSIDADE	17
A METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	35
PREPARANDO A DISCIPLINA	47
REFERÊNCIAS	57



# CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A história da educação e das práticas docentes no Brasil teve início em 31 de março de 1549 com a chegada dos jesuítas, primeiros educadores na época colonial, que tinham como principal objetivo a formação do índio pela base cristã, a catequização. Importante observar que a elite colonial recebia um ensino diferenciado, muito mais rígido e menos solidário. Nesse período, segundo Ferro (2007), a educação não era valorizada socialmente e servia de instrumento de dominação e aculturação dos nativos colonizados. Além disso, conforme pontua o autor, devido ao choque cultural entre os nativos e os europeus, e também ao desinteresse da Coroa pela educação dos índios, aos poucos as escolas passaram a ser privilégio dos brancos.

O padre José de Anchieta e o padre Manoel de Nóbrega foram os primeiros missionários jesuítas, vindos de Portugal para o Brasil que, por meio da catequese, introduziram a língua do colonizador ao índio, não só objetivando a comunicação entre línguas diferentes, mas também como forma de civilizar o índio. Com o passar do tempo, esses missionários religiosos exercem grande influência sobre os nativos da terra e certa independência do Estado e também da própria Igreja, e acabaram expulsos do Brasil, por divergências com o novo governo, representado na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, e o fechamento dos colégios jesuíticos, o Brasil ficou treze anos sem desenvolver qualquer atividade educacional, o que representa um retrocesso para a educação e um atraso na implantação do ensino superior.

A educação no período colonial, segundo Brandão (1997), é dividida em duas fases: 1) Período Jesuítico: escola organizada para servir aos interesses da Igreja e 2) Período Pombalino: escola organizada para servir aos interesses do Estado.

Historicamente, as instituições de Ensino Superior no Brasil tiveram um desenvolvimento tardio comparando-se com a América Espanhola e Inglesa, que tiveram acesso a esse nível de ensino ainda no período colonial. No Brasil, a implantação das primeiras instituições de nível superior data do final do século XIX, em virtude da chegada da família real portuguesa em 1808. Desde então, inúmeras mudanças ocorreram no cenário educacional de Ensino Superior.

## BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Até a chegada da família real portuguesa no Brasil, trezentos anos após o início da colonização, todos aqueles que tinham interesse pela formação universitária eram obrigados a ir para a Europa, principalmente a Coimbra, pois o Brasil não dispunha de nenhuma instituição de ensino superior. Dessa forma, fica claro que, nessa época, apenas os filhos da aristocracia colonial é que tinham acesso ao ensino superior, fator social que perdurou por muitas décadas.

Somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de criar escolas médicas na Bahia, com o curso de Cirurgia, e no Rio de Janeiro, com os cursos de Cirurgia e Anatomia. Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte que, anos mais tarde, converter-se-ia na Escola Politécnica. Nota-se o modelo de Ensino Superior de natureza profissionalizante, voltado ao ensino prático e ministrado em faculdades isoladas. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2005, p.148-149), o modelo de ensino neste contexto histórico, “[...] se caracterizava por uma organização não universitária, mas profissionalizante, centrado em cursos e faculdade, visando à formação de burocratas para o desempenho das funções do Estado.”



Após a Proclamação da Independência, em 1822, houve considerável crescimento de escolas de nível superior no Brasil, sempre no modelo desconexo e voltado para o ensino profissionalizante. Em 1889, a República se desenvolve e há a criação de 14 escolas de nível superior.

Entre 1808 e 1908 surgiram algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil, como o projeto de 1843, que visava a instalação de cursos jurídicos no Brasil e a criação da Universidade D. Pedro II, mas foi uma tentativa frustrada e o projeto não saiu do papel. A partir de então, em 1912, surge a primeira universidade brasileira, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, reunindo os cursos de Direito, Engenharia e Medicina, sendo, portanto, a mais antiga do Brasil.

Em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que reunia os cursos superiores existentes na cidade: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito - que surgira a partir da fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Neste mesmo ano foi emitido o decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, oficializando a universidade.

Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais (UFMG). Em 1934 a Universidade de São Paulo (USP), que inaugurava um novo modelo de ensino superior baseado em três vertentes: ensino, pesquisa e extensão, características de universidades na atualidade. E em 1961 foi criada a Universidade de Brasília (UNB).

Entre as décadas de 1950 e 1970, criaram-se universidades federais em todo o Brasil, além de universidades estaduais, municipais e particulares. Houve, como se pode notar, a descentralização do ensino superior, vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em vigor a partir de 1961. Apesar do surgimento de novas instituições, a explosão do ensino superior deu-se somente nos anos 70.

Nesse período, o desenvolvimento urbano exigiu melhor formação e qualificação da mão-de-obra industrial forçando o aumento do número de vagas oferecidas nas instituições de ensino superior. O governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse um grande número de novos cursos. Com isso, mudanças também aconteceram nas provas de seleção que, de dissertativas e orais, passaram a ser de múltipla escolha, facilitando o processo. Esse aumento, embora expressivo, foi feito sem o adequado planejamento, resultando na queda da qualidade do ensino.

Para resolver problemas tocantes ao ensino superior foi realizada, em 1968, a Reforma Universitária, projeto de lei que visava a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades

federais. De acordo com Martins (2009, p. 16), com a reforma, criaram-se condições propícias para que determinadas universidades coordenassem ensino e pesquisa, que até então estavam desarticulados. Além disso, “[...] aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica.” Também houve a unificação do vestibular, que passou a ser classificatório, e a criação do sistema de créditos, que permitiu a matrícula por disciplina.

Ainda segundo Martins (2009), ao mesmo tempo em que a reforma produziu efeitos inovadores, também contribuiu para o surgimento de um ensino privado que reproduziu os modelos de ensino da mera transmissão de conhecimentos, de cunho profissionalizante e distanciados das atividades de pesquisa, o que desfavorecia a formação intelectual crítica para a análise da sociedade brasileira e das transformações sociais.

Este período foi um contexto ditatorial e junto à modernização veio a repressão. Estudantes e professores foram afastados ou tinham a inserção ao ensino superior barrada. Ademais, grande parte dos mortos e desaparecidos pertencia à comunidade acadêmica.

O ensino superior privado, pós Reforma de 68, tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivo. Conforme Martins (2009, p. 17), o sistema está estruturado nos “[...] moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional.” A produção do conhecimento, enquanto pesquisa, não é priorizada, o que desfavorece o acadêmico em termos de discussão e divulgação de ideias, projetos e experimentos. No entanto, isso não desqualifica a instituição privada quanto à qualidade de ensino, principalmente no contexto atual.

Os anos 80 e 90 são marcados pelo surgimento de um grande número de faculdades particulares. Houve, durante a década de 90, estagnação do ensino superior público, que sofreu com o corte de verbas, a não-abertura de concursos públicos para professores, funcionários e técnicos administrativos, pela destinação de verba pública para as faculdades particulares e pela multiplicação das fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior públicas.

As instituições de ensino superior chegaram ao século XXI com muitas questões a serem resolvidas, principalmente no que se refere à estrutura e funcionamento. Atualmente, uma nova Reforma Universitária, iniciada em 2003, aos poucos é implementada. Esse processo de reforma regulamentase em muitos documentos, decretos e resoluções. Apenas para citar alguns: Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Decreto n. 5.800/2006 que dispõe sobre o Sistema

Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, que oferecerá, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Propõe-se, ainda, ampliar o quadro de docentes e o número de vagas ofertadas para estudantes, a oferta de cursos à distância, entre outras sugestões. Esta reforma é amplamente discutida pela comunidade acadêmica.

## TIPOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Segundo o censo de 2013, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), atualmente o Brasil tem 2,4 mil instituições de Ensino Superior, que oferecem mais de 32 mil cursos de graduação.

O estudante de ensino superior pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura ou formação tecnológica. Bacharel é o grau do diplomado formado em determinado campo do saber para atividade profissional, acadêmica ou cultural. Licenciado é o diplomado com licença para atuar como professor na educação básica. Tecnólogo é o grau recebido pelo diplomado com competências para atuar em áreas profissionais específicas.

Os cursos de Pós-Graduação dividem-se em *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Além da modalidade presencial, na qual o aluno deve ter no mínimo 75% de frequência nas aulas e avaliações, há a modalidade a distância (EaD), na qual o aluno recebe livros e apostilas e conta com a internet como ferramenta de ensino-aprendizagem.

O meio tradicional de ingresso no ensino superior é o vestibular, exame que testa os conhecimentos do candidato à vaga, por meio de avaliação escrita e de múltipla escolha. A aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), também é um meio de inserção no ensino superior, adotado por muitas instituições. Há, ainda, instituições que avaliam os candidatos de forma gradual e progressiva com provas aplicadas no final de cada série do ensino médio e, conforme a média das avaliações, o candidato tem, automaticamente, garantida a sua vaga.

As instituições de ensino superior estão basicamente divididas em quatro grupos: Centro Universitário, Faculdade, Instituto Federal e Universidade, que podem oferecer cursos à distância.

Os Centros Universitários caracterizam-se como instituições pluricurriculares, ou seja, abrangem uma ou mais áreas de conhecimento. Diferentemente das universidades, não apresentam o requisito de pesquisa institucionalizada e não precisam oferecer cursos de pós-graduação *stricto*

sensu. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2013 foram avaliados 10 centros universitários públicos e 130 particulares. Entre os particulares, destaca-se o Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR.

A Faculdade pode ser definida de dois modos. O primeiro, como instituição de ensino superior desvinculada de uma Universidade, que não apresenta autonomia para conferir títulos e diplomas, os quais devem ser registrados por uma Universidade. O segundo, e mais comum, refere-se a unidades orgânicas de uma Universidade, por exemplo, os departamentos, que fazem parte da estrutura da universidade. Os Institutos Federais são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em diversas áreas. Geralmente oferecem cursos técnicos superiores em tecnologia, educação básica e profissional. Atualmente existem 40 Institutos, todos públicos.

A Universidade é uma entidade acadêmica pluridisciplinar que conta com produção intelectual institucionalizada (pesquisa). Além disso, um terço do quadro docente é composto por mestres e doutores. É autônoma para criar cursos, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional. A grande preocupação das universidades é manter a qualidade no desenvolvimento das pesquisas e a constante formação do quadro docente. Atualmente existem 301 universidades públicas e 2090 particulares.

Os cursos de ensino superior são oferecidos em duas modalidades: presencial e à distância. Na modalidade presencial, o acadêmico deve ter no mínimo 75% de frequência nas aulas, enquanto que na modalidade à distância ele organiza o seu tempo para estudar, sendo apoiado por livros, apostilas, vídeo-aulas, áudio, webconferência. A internet é um grande suporte de ensino-aprendizagem. O processo de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação.

## A FINALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

No que refere ao Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), assevera que é finalidade da educação superior estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, promover a divulgação dos conhecimentos culturais e científicos e colaborar com o aperfeiçoamento profissional contínuo.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.  
(BRASIL,1996)

Todo o percurso traçado até aqui foi para chegarmos ao ponto de maior interesse para o curso: a disciplina ou área de conhecimento que tem como enfoque a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

## A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Originalmente, a palavra disciplina significa doutrina e instrução de uma pessoa, especialmente no campo da moral. Disciplina remete à ideia de foco, concentração e atenção. Uma disciplina, enquanto área de conhecimento, é definida uma categoria, escolar ou acadêmica, que organiza o conhecimento científico e que institui nela a divisão e a especialização do trabalho respondendo à diversidade de domínios que as ciências recobrem. Apesar de englobada num conjunto científico mais vasto, como um curso universitário específico, por exemplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação

de suas fronteiras, pela linguagem que instaura, pelas técnicas que é levada a elaborar ou a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias.

A organização disciplinar nas universidades desenvolveu-se mais amplamente no século XX, com o progresso da pesquisa científica. Isto significa que as disciplinas têm uma história que se inicia pela necessidade de cada curso superior específico. Assim, uma disciplina nasce, institucionaliza-se, evolui e pode vir a decair, substituída por nova disciplina.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) constitui-se como uma nova disciplina que faz parte do currículo dos cursos de licenciatura no ensino superior a partir do Decreto Federal 5.626/05, que dispõe sobre a obrigatoriedade da LIBRAS nos cursos de formação de professores.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Com esta determinação, observa-se a dimensão linguística para a inclusão do aluno surdo e o quanto se faz necessária a difusão da LIBRAS, em nível superior, visando o conhecimento por parte dos profissionais que atuam na educação básica. Toma-se como pressuposto que a obtenção do conhecimento da língua de sinais favorece a relação professor-aluno, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o reconhecimento da LIBRAS como língua e a sua disciplinarização no ensino superior promove o desenvolvimento linguístico e intelectual dos usuários desta língua e a sua impulsão social, já que participa mais ativamente da sociedade. Outro fator importante é a circularidade da língua de sinais pela institucionalização da LIBRAS como disciplina, pois ela ultrapassa os limites de grupos específicos e atinge uma parcela muito maior de sujeitos.

Os objetivos de uma disciplina são traçados pelo professor, conforme a ementa de cada curso no qual está inserida, podendo, por isso, variar de um curso para outro. De modo geral, de acordo com Santos e Campos (2013), o objetivo da disciplina Libras é propiciar a aproximação do aluno ouvinte e falante do português a uma língua visuogestual usada pela comunidade surda e com isso melhorar a comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, favorecendo a inclusão social.

# A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PROCESSO DE SELEÇÃO

O ingresso do docente para ensino na graduação e pós-graduação se dá por meio de seleção, na qual o candidato à vaga realiza prova escrita, prova didática e, por fim, é avaliado na prova de títulos que consiste na análise e avaliação do Curriculum Vitae. O requisito atualmente exigido é o grau de Doutor, para concursos e, em testes seletivos, o grau mínimo é o de Mestre, salvo exceções para áreas em que o número de profissionais seja reduzido. Nesse caso, exige-se especialização lato sensu na área ou, ainda, apenas a graduação na área específica, como é o caso da LIBRAS.

O candidato à vaga na disciplina LIBRAS realiza a prova didática (produção e interpretação) na língua brasileira de sinais. De acordo com o edital nº 086-DIRCOAV/UNICENTRO – Abertura de Concurso Público para Admissão de Professores Não Titulares, de 21 de outubro de 2014, o requisito mínimo exigido é, quanto à graduação, graduado ou graduado em Letras-LIBRAS, quanto a pós-graduação: Pós-Graduado em LIBRAS; ou Pós-Graduado em Letras, com certificação de Proficiência em LIBRAS, obtida por meio de exame realizado por Instituição credenciada pelo Ministério da Educação; ou Pós-Graduado em Linguística, com certificação de Proficiência em LIBRAS, obtida por meio de exame realizado por Instituição credenciada pelo Ministério da Educação; ou Pós-Graduado em Educação, com certificação de Proficiência em LIBRAS, obtida por meio de exame realizado por Instituição credenciada pelo Ministério da Educação. Em nota o edital alerta que “[...] caso o candidato seja Graduado em Letras LIBRAS, fica dispensada a exigência da Pós-Graduação”.

Como se pode notar pelas exigências do edital, a área de LIBRAS necessita de formação específica e caracteriza-se como um campo de pesquisa aberto. Investir na carreira docente e na formação continuada, nesta área, representa um futuro promissor e de grandes oportunidades.

A formação acadêmica não é suficiente para o bom desempenho docente. Compete ao profissional do magistério especializar-se por meio de cursos, congressos, seminários, grupos de estudos e pesquisas. Além disso, articular os conhecimentos com a história, a sociedade, a cultura, a economia, a política e as tecnologias de informação e comunicação é essencial para ampliar o modo de conceber o seu objeto e de intervir no estudo para transformá-lo e melhorá-lo. Desse modo, a pesquisa científica ganha grande relevância no ensino superior, pois cria espaço para discutir e divulgar ideias; é o lugar da produção científica com qualidade formal. Além de tudo isso, os conhecimentos pedagógicos, didáticos e metodológicos são os maiores aliados do professor, na medida em que se caracterizam como elementos fundamentais na estruturação



do plano de ensino. Aliar esses conhecimentos aos conhecimentos acadêmicos especializados é imprescindível para o sucesso da aula e da disciplina.

Uma vez aprovado e convocado para desenvolver o seu trabalho em sala de aula, o professor se vê frente a frente com o desafio de organizar e operacionalizar a disciplina que será por ele ministrada. Anastasiou (2003) afirma que o trabalho docente não se resume ao conteúdo ministrado, mas a um processo que envolve um conjunto de pessoas na construção de saberes. Isto significa que o professor não é um mero transmissor do conhecimento, mas um agente participativo que cria condições para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.





# ENSINAR NA UNIVERSIDADE

**A** atividade docente, como dito anteriormente, exige muito mais do que a formação acadêmica. Não basta o conhecimento especializado da área. Para que o exercício profissional seja eficiente, é necessário articular o conhecimento especializado aos conhecimentos e habilidades pedagógicas e, além disso, o professor precisa ser um elemento conscientizador, um formador de opiniões, um questionador. Dominando os conhecimentos pedagógicos, o professor terá condições de responder às tantas questões, referentes ao modo de apresentação e desenvolvimento das aulas, que surgem ao assumir uma disciplina: Como ensinar? Como selecionar os conteúdos pertinentes? Como organizar? Como desenvolver? Como planejar? Como dirigir uma aula? Como avaliar? Essas são algumas das muitas perguntas que inquietam o professor e, para poder respondê-las de modo satisfatório, o conhecimento das práticas de ensino e procedimentos didáticos é essencial. É para municiá-los desses conhecimentos que se desenvolve este capítulo.

# DA COMPETÊNCIA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Passos (2009) destaca que o professor do Ensino Superior desenvolve o papel de orientador-mediador e, com sua produção de qualidade, motiva o aluno a produzir. Também destaca que “[...] esta produção até poderá começar pela escuta ou pela cópia, mas precisa evoluir para a autonomia, uma vez que a educação é, em sua essência, emancipação.” (PASSOS, 2009, p. 37). Desse modo, muda-se o olhar do professor sobre o aluno, pois este deixa de ser mero ouvinte e passa a participante central do processo e construtor do conhecimento.

De acordo com Masetto (2012), o perfil do professor universitário contempla os seguintes aspectos:

b) concepção e gestão do currículo: conheça e se inteire do currículo do curso no qual leciona e tenha conhecimento das diretrizes curriculares e das competências básicas esperadas pela instituição. Elas são essenciais para uma prática pedagógica competente;

c) integração das disciplinas como componentes curriculares: toda disciplina faz parte de uma grade curricular específica e é planejada de acordo com o currículo de cada curso, por isso é importante compreender que disciplinas com o mesmo nome podem ter programas diferentes conforme o curso em que estão inseridas. Esse conhecimento permite ao professor planejar a disciplina de modo a contribuir mais eficientemente para a formação do profissional;

d) relação professor-aluno e aluno-aluno no processo de aprendizagem: no processo de ensino, o professor desempenha o papel de mediador, possibilitando situações de interação com os alunos. A aula é um momento de diálogo, de trocas, debates e discussões, que promovem a produção de conhecimentos;

e) teoria e prática da tecnologia educacional: operar com os recursos tecnológicos disponíveis modifica o ambiente de aprendizagem e dinamiza as aulas, portanto, saber usá-los como ferramentas de auxílio é de suma importância para que a ação docente seja mais eficiente;

f) concepção do processo avaliativo e suas técnicas para feedback: o professor compreende o processo avaliativo não apenas como modo de atribuir notas e conceitos, mas como meio para incentivar e motivar a aprendizagem, pelas informações contínuas. A importância é dada à aprendizagem; notas e conceitos vêm, como consequência.

g) planejamento como atividade educacional e política: o planejamento da disciplina e do programa é elaborado de forma crítica e reflexiva, articulado ao contexto sócio-histórico-político-ideológico, com foco na formação do profissional.

De acordo com Masetto (2012, p. 41), essas são competências fundamentais para que “[...]o professor possa exercer com profissionalismo sua atividade docente”.

Muito se discute sobre a importância da formação pedagógica dos professores que atuam no ensino superior, pois segundo Behrens (2008, p. 61), “[...] o magistério, nas universidades, tem sido exercido por profissionais das mais variadas áreas do conhecimento [...]”, o que quer dizer que esses profissionais não possuem modos de realizar a educação voltada para o ensino. Falta a esses profissionais uma didática que norteie sua prática.

Para Pimenta e Anastasiou (2005) os saberes didáticos são imprescindíveis para o ensino das diversas áreas de conhecimento, pois esses tratam da articulação entre a teoria da educação e a teoria do ensino para ensinar nas situações contextualizadas, dialogando com outros saberes. Segundo as autoras, é pela prática que os saberes tomam forma. Ou seja, é pela intermediação da didática que os conteúdos trabalhados e discutidos em aula se transformam em conhecimento.

Pensando sobre isso é que se desdobram os itens seguintes desse capítulo.

## COMPLEMENTAR

[http://www.sedis.ufrn.br/treinamento/PROUCA/modulos/modulos/modulo\\_3/6994779-Rubem-Alves-A-Alegria-de-Ensinar.pdf](http://www.sedis.ufrn.br/treinamento/PROUCA/modulos/modulos/modulo_3/6994779-Rubem-Alves-A-Alegria-de-Ensinar.pdf)

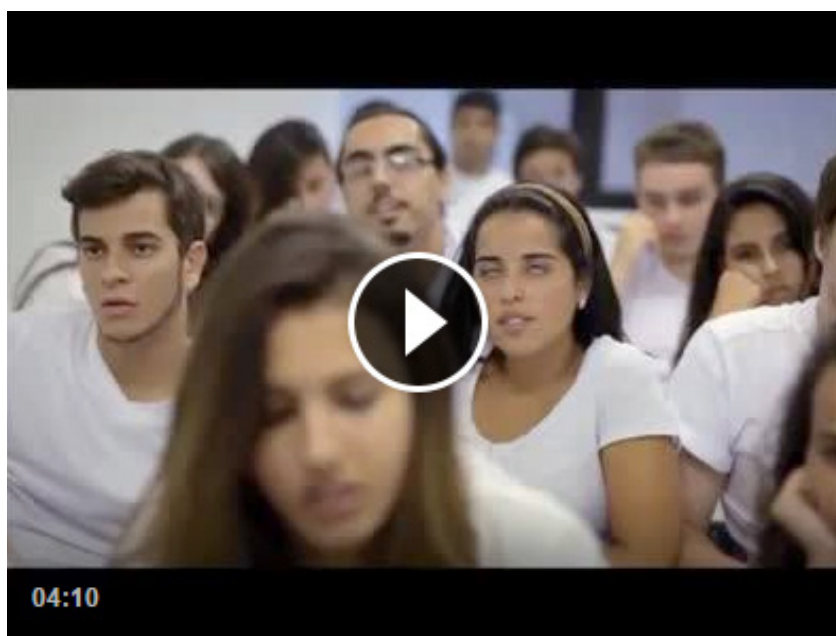


[https://www.youtube.com/watch?v=\\_OsYdePR1IU](https://www.youtube.com/watch?v=_OsYdePR1IU)



<http://globo.tv.globo.com/globo-news/globo-news-dossie/v/dossie-globonews-rubem-alves-contesta-o-ensino-tradicional/3517648/>

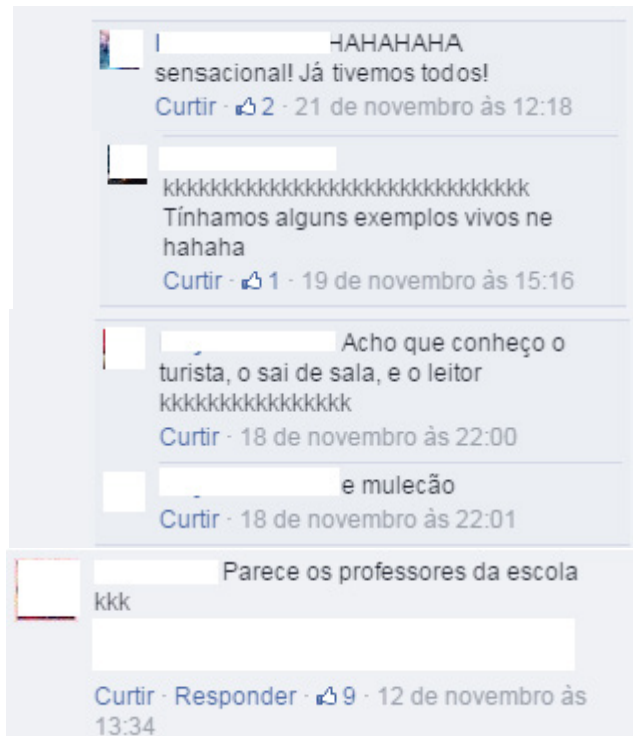
Já pensou que tipo de professor você é? Assista o vídeo:



<https://www.youtube.com/watch?v=O37sNe3Svfs>

Veja alguns comentários do vídeo na rede social *facebook*





O professor, em sua ação docente, é sempre avaliado pelos alunos, não só quanto ao conteúdo que discute, mas também no modo como faz, como se comunica, como se comporta. Por isso é importante que, além do conhecimento dos conteúdos, tenha os conhecimentos didáticos e metodológicos e assuma uma postura profissional.

## A DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

A didática é a área da pedagogia que estuda a técnica de ensino em todos os seus aspectos, desde a organização até a prática. Essa é a área em que o professor encontra suporte teórico, técnico e operacional para se desenvolver profissionalmente. No entanto, a didática não passa receitas ou fórmulas prontas de como ensinar. A didática contribui para organização, seleção e estruturação das aulas. Afinal, modelos prontos desconsideram a heterogeneidade constitutiva das salas de aula.

A difusão da didática deu-se a partir da obra Didática Magna, também conhecida como Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos, publicada em 1657 por Jan Amos Comenius (1592-1670), filósofo tcheco, conhecido como o pai da didática moderna. A didática de Comenius fundamenta-se nos

estudos filosóficos, cujas preocupações principais na área da didática “[...] eram as finalidades da educação e do ensino e os conteúdos culturais a serem dominados pelos homens.” (OLIVEIRA; ANDRÉ, 1997, p. 08). Comenius trouxe a magnitude da didática, mas também sua imprecisão. E desde então, muitos estudos foram desenvolvidos, em torno da disciplina, pela sua estabilidade.

Segundo D’Ávila, o objeto da didática é a mediação didática e a mediação cognitiva.

A mediação cognitiva pressupõe uma mediação de caráter externo, a mediação didática. A relação com o saber é, portanto, duplamente mediada: uma mediação de ordem cognitiva e uma outra de natureza didática. A mediação cognitiva se constitui com base no desejo de saber, de aprender. A mediação didática se constitui como sistema de regulação (que organiza e concede forma) na determinação de uma estrutura exterior e como modalidade de ação que procura tornar esse objeto desejável ao sujeito. É, pois, na mediação da mediação que a ação didática ganha corpo e se constitui como meio de intervenção de natureza didática (D’ÁVILA, 2012, p. 19).

Pode até parecer confuso, mas isso esclarece o que é a didática e a que ela se presta no ensino e, ainda, destaca a sua importância. Entre o conhecimento do professor e o conhecimento a ser elaborado pelo aluno existe um espaço preenchido pela didática, que organiza o modo como essa construção será edificada. Conforme, D’Ávila (2012, p. 20), a mediação didática “[...] consiste em estabelecer as condições ideais à ativação do processo de aprendizagem.” Para isso, a autora sugere uma prática criativa, levando em conta a arte e o lúdico, nos quais os conteúdos são apresentados ao aluno a partir de métodos criativos que favoreçam o ensino e a aprendizagem.

Segundo a autora, e tendo em vista que a disciplina LIBRAS é ministrada em cursos de formação docente, é primordial que os saberes dos professores e alunos convirjam para objetivos de emancipação pessoal e profissional para ambos.

As práticas pedagógicas, aplicadas em aula, vinculam-se a uma teoria de educação que é, consciente ou inconscientemente, adota pelo professor. Tanto a prática do professor quanto as teorias educativas constituem-se em bases ideológicas que significam as concepções de mundo, de ensino e da relação professor-aluno e, de certo modo, determinam todo o fazer docente. Ter conhecimento das tendências teóricas da educação escolar ajuda a compreender melhor as questões pertinentes à prática pedagógica.

# AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Compreender que toda prática pedagógica fundamenta-se em teorias e que tais teorias concebem, de diferentes modos, a escola, os métodos, a aprendizagem e o papel do professor e do aluno contribui para a reflexão, transformação e mudança em torno dela.

As tendências pedagógicas, atualmente, classificam-se em dois grupos: liberais (acrítica) e progressistas (crítica). De acordo com Libâneo (1990), a tendência pedagógica liberal defende a tese de que as escolas objetivam preparar o indivíduo para o bom desempenho dos papéis sociais, considerando o talento de cada um. No entanto, embora a ideia difusa seja a da igualdade de oportunidades, desconsidera a desigualdade de condições. É acrítica na medida em que objetiva a manutenção do status quo. Este grupo abarca as tendências: liberal tradicional, liberal renovada (progressivista e não-diretiva) e liberal tecnicista. A tendência progressista parte da crítica à realidade social e sustenta as finalidades sociopolíticas da educação, exaltando o papel da escola como agente transformador da sociedade. Neste grupo manifestam-se as tendências libertadora, libertária e crítico-social.

## TENDÊNCIA LIBERAL TRADICIONAL

Nesta tendência, parte-se da ideia de que o aluno é desprovido de qualquer tipo de conhecimento e informação, tendo o professor, detentor de todo o saber, a função de preencher esse vazio, transmitindo-lhe o conhecimento, enquanto este assimila passivamente as informações. Freire ([1996] 2007) qualifica este método como educação bancária, já que o professor deposita o conhecimento e o aluno recebe sem questionamentos. As principais características são:

- Papel da escola: preparar intelectual e moralmente os alunos para o bom desempenho dos seus papéis sociais.
- Conteúdos de ensino: os conteúdos estão vinculados à transmissão da cultura e dos valores acumulados, repassados ao aluno como verdades. De caráter abstrato, o que era ensinado estava distante da realidade vivida pelo aluno, sendo, por isso, pouco significativo. A compreensão dos conteúdos vistos não era preocupação do professor.
- Métodos: aula expositiva não-interativa, com ênfase em exercícios de repetição. A memorização é a principal meta da prática. O instrumento de avaliação mais utilizado era o classificatório, no



qual o professor mensurava a retenção dos conteúdos repassados, por meio de interrogatórios orais, exercícios e trabalhos de casa, provas escritas. Não se avaliava o processo e a avaliação servia como instrumento de autoridade.

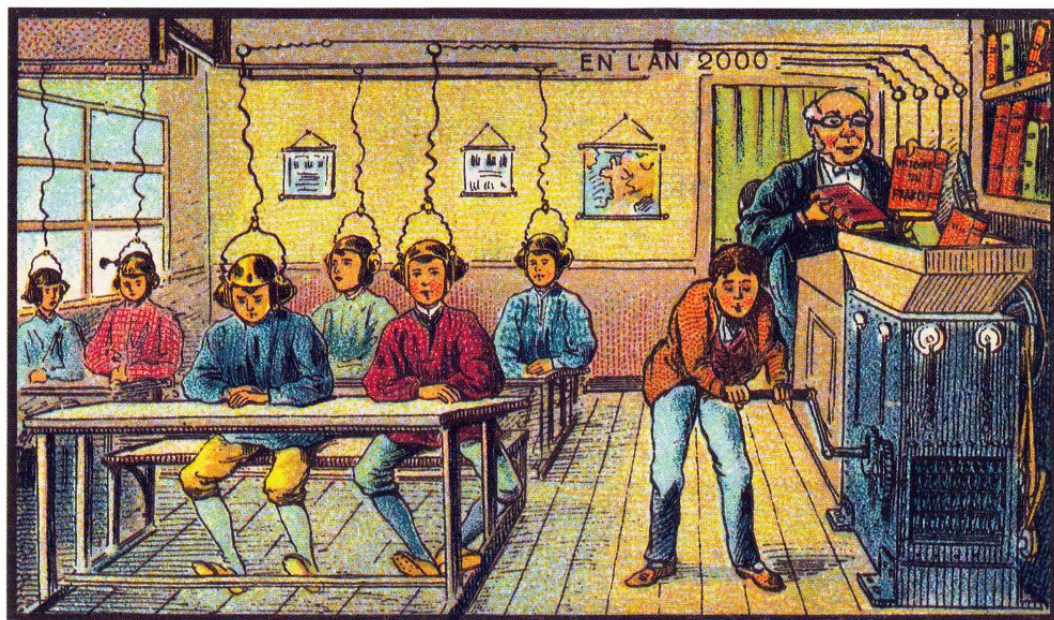
- Relação professor-aluno: como detentor do saber o professor era a autoridade na sala de aula e qualquer tipo de comunicação entre os alunos é impedido.
- Pressupostos de aprendizagem: a aprendizagem era receptiva e mecânica, sem se considerar as características próprias de cada idade. A transferência da aprendizagem depende de treino.

A tendência liberal tradicional, embora com pressupostos que não coadunam com as concepções da contemporaneidade é, infelizmente, assumida na prática de muitos professores do ensino básico, médio e superior.



[HTTP://CAFEDATARDE2011.BLOGSPOT.COM.BR/2012/01/ESCOLA-TRADICIONAL.HTML](http://CAFEDATARDE2011.BLOGSPOT.COM.BR/2012/01/ESCOLA-TRADICIONAL.HTML)





[HTTP://LARGODOSCORREIOS.FILES.WORDPRESS.COM/2013/09/00-ESCOLA-EM-2000.JPG](http://LARGODOSCORREIOS.FILES.WORDPRESS.COM/2013/09/00-ESCOLA-EM-2000.JPG)

## INDICAÇÕES

FILME: Les Choristes (A voz do coração)

<http://www.cinema.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=448>





## TENDÊNCIA LIBERAL RENOVADA

Nesta tendência, a educação é um processo interno que parte das necessidades e interesses individuais necessários para a adaptação ao meio. Também conhecida como Escola Nova diretiva, surge a partir do *Manifesto dos Pioneiros da Educação* (1930). Significa uma ruptura com o modelo tradicional e visa a superação do caráter antidemocrático, autoritário e discriminatório da educação. O processo educacional descentraliza da figura do professor e sustenta a tese de que os educandos aprendem fazendo. Ela propõe um ensino que valoriza a autoeducação, portanto, o centro de interesse é o aluno e o grupo. Porém, ainda prepara os educandos para assumir papéis específicos na sociedade. A tendência liberal renovada aparece em duas versões distintas: renovada progressivista e renovada não diretiva.

### 1. Tendência renovada progressivista

- Papel da escola: adequar as necessidades individuais ao meio social, suprimindo as experiências que permitam ao aluno educar-se (autoaprendizagem).
- Conteúdo de ensino: os conteúdos são estabelecidos a partir de experiências que o sujeito vivencia frente a desafios e situações problemáticas, ou seja, a partir do interesse do aluno. Dá-se maior importância ao processo de aquisição do conhecimento do que o conhecimento propriamente dito.

- Métodos: valorizam-se os métodos experimentais, a pesquisa, estudo do meio natural e social, soluções de problemas, já que se tem como foco diretivo o “aprender fazendo”, dessa forma os conhecimentos acumulados não precisam ser transmitidos, pois os educandos aprendem naturalmente. O aluno é o sujeito do processo, por isso, ativo, curioso, pesquisador. A avaliação é somativa e formativa, na qual o professor considera positivos o esforço e êxito, assim, valoriza-se também o processo de aquisição do conhecimento.
- Relação professor-aluno: o professor não tem lugar privilegiado e atua como auxiliar no desenvolvimento livre do aluno.
- Pressupostos de aprendizagem: a aprendizagem é baseada na motivação e na estimulação de problemas

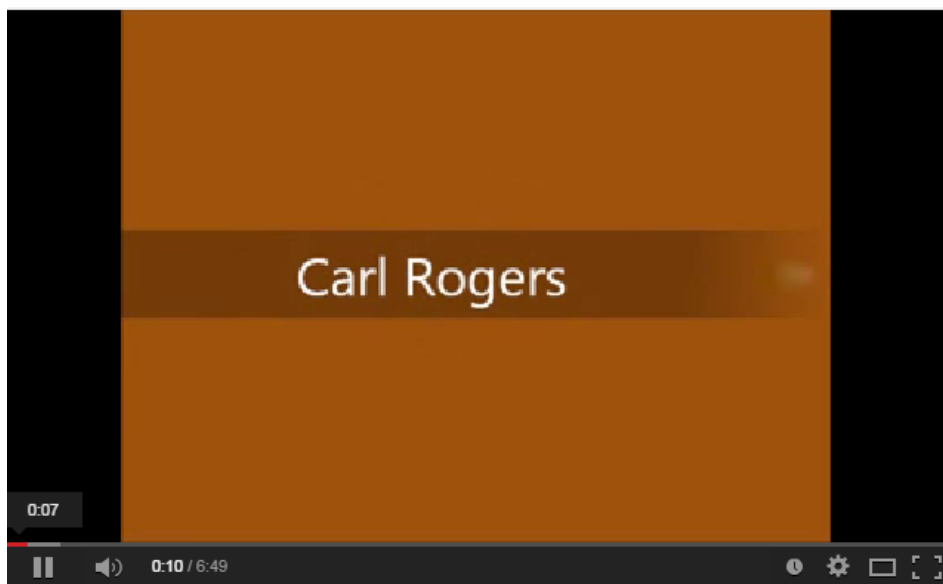
Esses princípios são observados em muitos professores, no entanto numa escala reduzida, pois, muitas vezes, se choca com os princípios da tendência tradicional.

## 2. Tendência liberal renovada não-diretiva

- Papel da escola: formadora de atitudes, a escola, está mais centrada nos fatores psicológicos do que nos pedagógicos ou sociais. O objetivo é desenvolver no indivíduo o autoconhecimento e a realização pessoal. A atenção maior recai nos aspectos psicológicos da educação.
- Métodos: como a transmissão de conteúdos é secundária, o método é baseado na facilitação dos meios para que o educando busque o conhecimento por si próprio. A função do professor restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, buscando técnicas de sensibilização onde os sentimentos possam ser expostos sem ameaças. Utiliza-se a autoavaliação como método avaliativo, já que a relevância do aprendido se dá em relação ao “eu”.
- Relação professor-aluno: o centro de todo o processo é o aluno, ao professor cabe o papel de garantir o bom relacionamento pessoal. A liberdade é limitada, mas sem repressão, pois toda intervenção é inibidora da aprendizagem.
- Pressupostos de aprendizagem: embasa-se na ideia de que aprender é modificar as percepções da realidade.

Carl Rogers é apontado como o idealizador da tendência liberal renovada não-diretiva; suas ideias influenciam um grande número de professores, orientadores, psicólogos e conselheiros educacionais.

## PARA COMPLEMENTAR:



<https://www.youtube.com/watch?V=wrwll0qxwig>

## TENDÊNCIA LIBERAL TECNICISTA

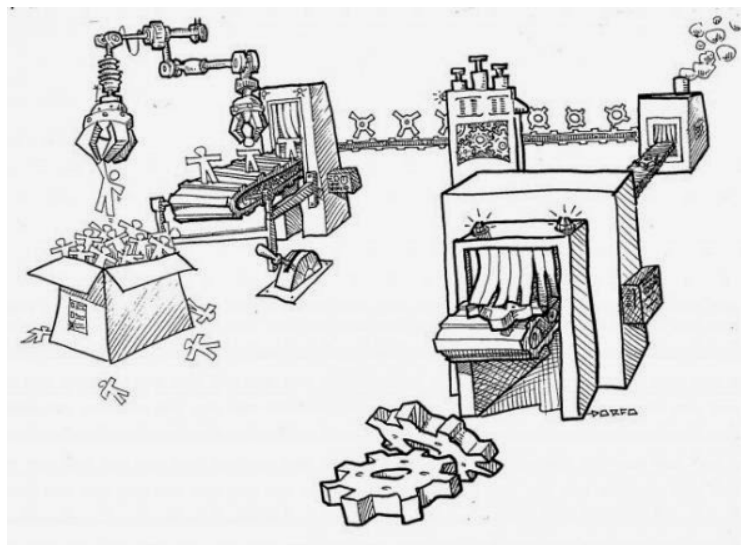
Esta tendência surge, no Brasil, na década de 1950, ganhando força com a ditadura em meados de 1960. Tem como objetivo principal preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, subordinando, desta forma, a educação à sociedade. O essencial, nessa tendência, são as técnicas de descoberta e aplicação. Os marcos de implantação do modelo tecnicista são as leis 5.540/68 e 5.692/71, que reorganizam o ensino superior e o ensino básico no Brasil.

- Papel da escola: modelar o comportamento humano. Cabe à educação organizar o processo de aquisição das habilidades e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos integrem-se ao sistema social. O interesse da escola é formar indivíduos competentes para o mercado de trabalho;
- conteúdos de ensino: informações redutíveis ao conhecimento observável e mensurável, organizadas de forma lógica e psicológica; os conteúdos são aprendidos por meio de manuais;
- métodos: procedimentos e técnicas que assegurem o processo de transmissão e recepção das informações. O centro do processo são os meios didáticos (livros didáticos, módulos de ensino, apostilas, dispositivos audiovisuais, etc);



- relação professor-aluno: pautada na objetividade: o professor transmite as informações e os alunos recebem-nas e as fixam. A técnica é o elo entre os dois atores da aprendizagem e garante a eficácia do processo transmissão-recepção;
- pressupostos de aprendizagem: baseados no desempenho. O ensino eficiente depende da organização das condições estimuladoras (reforços) que garantem ao aluno somar novos conhecimentos aos anteriormente adquiridos. O aprendiz recebe treinamento para o uso da tecnologia, preparando-o para o mercado de trabalho.

A aplicação da metodologia tecnicista não configura uma postura tecnicista do professor, que se assenta em torno das tendências tradicional e renovada. Segundo Aranha (1990, p. 177), “[...] nunca houve, de fato, plena implantação da reforma porque os professores continuaram, de certa maneira, imbuídos da tendência tradicional ou das ideias escolanovistas.” Há, nos ideários da tendência tecnicista, potencial formação em série ou de corpos dóceis (cf. FOUCAULT, 1986), já que seu princípio é modelar o comportamento humano.



[HTTP://PENSAMENTORADICAL.BLOGSPOT.COM.BR/2013\\_11\\_01\\_ARCHIVE.HTML](http://pensamentoradical.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html)

## TENDÊNCIA PROGRESSISTA LIBERTADORA

A característica principal em todas as tendências progressistas é o seu caráter antiautoritário e questionador da realidade, por isso crítico. Esta tendência rompe com o caráter domesticador das tendências tradicional e renovada, que não contribuem para mudanças na realidade social. Ao contrário, objetivam a manutenção do status quo. A tendência libertadora é mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, para quem a verdadeira

educação é a educação problematizadora, que auxilia na superação opressor-oprimido; um ato político, segundo Paulo Freire ([1996] 2007, p. 22), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a sua própria produção ou construção”. Esta tendência vincula a educação à luta contra a classe opressora e autoritária. Desse modo, torna-se fundamental o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito histórico-social. A essência desta tendência é a interação dialógica entre aluno e professor para juntos construírem o conhecimento e encontrarem meios de transformar a realidade.

- Papel da escola: atua como formadora da consciência política do aluno para transformar a realidade;
- conteúdos de ensino: partem de temas geradores, de problemas para desencadear o processo. Valoriza-se não mais a transmissão de conteúdos, mas a discussão dos temas visando a transformação da realidade social;
- métodos: o diálogo permeia toda a tendência libertadora. Portanto, a discussão em grupo e os debates são os meios mais valorizados para problematizar questões e possibilitar a compreensão crítica da realidade;
- relação professor-aluno: ambos são sujeitos do conhecimento. Ao professor cabe coordenar as discussões, adaptando-as às necessidades dos alunos, que têm papel ativo no processo. A troca de experiências entre os pares favorece a aprendizagem e enriquece as discussões;
- pressupostos de aprendizagem: a discussão em torno das práticas sociais e a resolução de situações-problema elevam o nível crítico de conhecimento, ao qual se chega pelo processo de compreensão, reflexão e crítica.

Muitos professores tentam incorporar os pressupostos desta tendência em sua prática, assim como existem tais ideias em funcionamento em sindicatos e movimentos populares. Ou seja, a tendência progressista libertadora não se limita ao ensino. Aliás, as teorias de Paulo Freire restringiam-se à educação de adultos e à educação popular em geral.



FONTE: BANCO DE IMAGENS

[HTTP://PEDAGOGIANDO.BLOGSPOT.COM.BR/2011\\_06\\_01\\_ARCHIVE.HTML](http://pedagogiando.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html)

## TENDÊNCIA PROGRESSISTA LIBERTÁRIA

Igualmente questionadora da ordem existente e antiautoritária, pretende ser uma forma de resistência contra a ação dominadora do Estado que tolhe, controla e retira a autonomia.

- Papel da escola: funciona como uma comunidade em autogestão, em que todos administram em regime de democracia. Objetiva a transformação da personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário, de modo que, ao atuar em outras instituições, intervenha, com o seu aprendizado, na autogestão. Preocupa-se com o desenvolvimento de pessoas livres;
- conteúdos de ensino: resultam dos interesses manifestos pelo grupo. Conteúdos sistemáticos são disponibilizados aos alunos, mas não exigidos, pois o que importa, de fato, são as experiências vividas pelo grupo. Valorizam-se muito mais os conteúdos científicos e racionais manifestados pelo grupo. O conhecimento propriamente dito refere-se à descoberta de soluções e respostas para os problemas da vida social;
- relação professor-aluno: tanto o aluno como o professor tem autonomia e liberdade. Portanto a relação se dá num quadro de

horizontalidade em que ambos são iguais. O professor tem o papel de instigador, orientador que aprende com o aluno;

- pressupostos de aprendizagem: a tendência progressista libertária pressupõe que tudo o que é vivido no dia a dia é de fato incorporado. Dessa forma, fica retido como aprendizado aquilo que é utilizado, vivenciado.



[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=0HPKGQYUGK0](https://www.youtube.com/watch?v=0HPKGQYUGK0)

## TENDÊNCIA PROGRESSISTA CRÍTICO-SOCIAL

Diferentemente das tendências progressistas libertadora e libertária, a tendência progressista crítico-social acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. De acordo com Aranha (1990, p. 216), o ponto de partida é a realidade histórica e social, “[...] a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social”. O objetivo, no âmbito escolar, é preparar politicamente o aluno para a participação ativa na sociedade. Dessa forma, educação é entendida como prática social transformadora.

- Papel da escola: garantir um ensino de qualidade considerando a realidade histórico-social dos alunos, preparando-os para a participação ativa na democratização da sociedade e ampliando, dessa forma, o exercício da cidadania. Assim, a escola tem um papel transformador, pois é o lugar da superação das desigualdades sociais;
- conteúdos de ensino: segundo Luckesi (2003, p. 69), “[...] a difusão de conteúdos é primordial, não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais.” ou



seja, os conteúdos apresentados devem ser contextualizados e não fragmentados, relevantes para a vida dos alunos. Os conteúdos culturais universais são reavaliados frente à realidade dos alunos para que adquiram uma visão mais clara e unificadora;

- métodos: não há um método específico, pois este depende dos conteúdos que se apresentam. Qualquer método utilizado favorece o diálogo e desperta o interesse dos alunos. Ao apresentar o conteúdo, parte-se da experiência do aluno para confrontá-la com o saber sistematizado;
- relação professor-aluno: a relação é interacional, de troca. O professor tem o papel de mediador entre o saber e o aluno. Cabe a ele orientar os alunos em seu esforço de compreender a realidade social;
- pressupostos de aprendizagem: na interação professor-aluno o aprendizado se dá no momento em que o aluno supera a visão parcial da realidade e adquire uma visão mais clara e unificadora.

Muitos professores adotam esta tendência, visando métodos novos para garantir a participação dos alunos num ensino tenha sentido.

Cada uma das tendências apresentadas concebe de modo diferente os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, assim como diferentes são os métodos, o papel da escola e os pressupostos de aprendizagem. Por isso, conhecer cada uma dessas tendências é importante para o desenvolvimento da prática docente. Isso não quer dizer que uma delas deva ser adotada, mas conscientes do tipo de educação que se quer, é imprescindível que se compreenda e se assumam certas tendências. Ao elaborar o plano de ensino e selecionar os textos a serem trabalhados, o professor já faz toma sua decisão, que não é só pedagógica, mas principalmente política. Pensar no tipo de aluno que se quer formar é o primeiro passo da caminhada docente e é o que determina muitas outras escolhas.





# A METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

**S**e, como dissemos anteriormente, entre a teoria e a prática existe a didática organizando o processo de ensino, há também, complementando a didática, a metodologia de ensino, que se refere aos meios utilizados pelo docente para apresentar o conteúdo, discutir e avaliar os alunos. A metodologia abrange os métodos, as técnicas e seus recursos, a tecnologia educacional e as estratégias de ensino que o professor lança mão em sua prática docente, para facilitar o processo de aprendizagem.

Cada uma das tendências pedagógicas, anteriormente apresentadas, guarda em si uma concepção diferente de metodologia e opera sobre diferentes estratégias de ensino. Na tendência tradicional, por exemplo, a metodologia direciona-se aos procedimentos utilizados para a memorização, na qual os alunos repetem, continuamente, uma série de exercícios para fixar os conteúdos transmitidos pelo professor. Essa é uma técnica estratégica ultrapassada e que deixa muito a desejar em termos de aprendizado, pois não se problematiza nem se discute os conteúdos; com isso, forma-se um aluno passivo e alienado.

Infelizmente, isso ainda é praticado em muitas salas de aula. Cabe ao professor fazer a diferença e cumprir o seu papel de formador, instigador, motivador, questionador e, conseqüentemente, mudar a realidade da educação. Para que isso ocorra, deve adotar “[...] uma postura investigativa, uma postura

estética e uma pedagogia ética, com respeito à dignidade e à própria autonomia do educando e ação docente.” (PASSOS, 2009, p. 45). Ao refletir sobre a prática, o professor renova e transforma as técnicas de acordo com o público e os seus objetivos.

Segundo Masetto (2012), considerando que no processo de aprendizagem trabalha-se com diferentes objetivos, são usadas várias técnicas, por isso, é necessário que o professor conheça-as, para conduzir com maior eficácia suas aulas. Assim, espera-se do professor:

Que tenha conhecimento de várias técnicas ou estratégias, bem como o domínio do uso destas para poder utilizá-las em aula;

Que desenvolva capacidade de adaptação das diversas técnicas, modificando-as naquilo que for necessário para que possam ser usadas com aproveitamento pelos alunos individualmente ou em grupos;

Que, pelo conhecimento e domínio prático de muitas técnicas e por sua capacidade de adaptação das técnicas existentes, se torne capaz de criar novas técnicas que melhor respondam às necessidades de seus alunos. Afinal, técnicas são instrumentos e como tais podem ser criadas por aqueles que vão usá-las (MASETTO, 2012, p. 103).

Isso significa que nenhuma técnica é cristalizada, universal e aplicada mecanicamente. Há sugestões que poderão ser readaptadas, reinventadas pelo professor, conforme a situação e os objetivos propostos.

Segundo Anastasiou (2003, p. 04), para que o processo de ensinar e aprender (a ensinagem) se efetive é necessário a ação conjunta do professor e do aluno. O processo ocorre em uma relação dialética, na qual o papel do professor e do aluno “[...] se efetivem em dupla mão, num ensino que provoque a aprendizagem, através das tarefas contínuas dos sujeitos, de tal forma que o processo interligue o aluno ao objeto de estudo e os coloque frente a frente.”

Dessa forma, o professor tem o papel fundamental de mediador, que prepara e dirige as atividades, selecionando as melhores estratégias, objetivando o aprendizado dos alunos. Assim, as estratégias caracterizam-se como ferramentas de ensino-aprendizagem e são selecionadas de acordo com os objetivos e o objeto de ensino.

Masetto (2012, p.99) salienta que “[...] todas as técnicas são instrumentos e como tais necessariamente precisam estar adequadas a um objetivo e ser eficientes para ajudar na consecução deste.” Desta forma, antes de selecionar a técnica o professor define claramente os objetivos, pois a partir deles é que se selecionam as ferramentas adequadas para atingi-los. A variedade de técnicas dinamiza a aula e constitui-se em desafio para o professor e para o aluno, na medida em que exige renovação da informação, flexibilidade e criatividade.

Se a meta é fazer com que o aluno se aproprie do conhecimento, é necessário ultrapassar a ideia de repasse de informação com aulas expositivas nas quais apenas o professor tem a palavra. A parceria professor-aluno, numa ação mútua, está presente em sala de aula para superar o repasse e alcançar, de fato, a apropriação do conhecimento. Anastasiou (2003) alerta para a necessária ruptura com o processo de ensino passo a passo (preparação, aplicação, generalização, simbolização, abstração), dando lugar para o processo de ensino em momento, não de forma estanque, mas momentos construídos pelos sujeitos em ação. Assim a autora propõe a metodologia dialética como aliada desse processo.

## A METODOLOGIA DIALÉTICA

A metodologia dialética entende o homem como um ser ativo e de relações sociais, por isso, o conhecimento não pode ser transferido, mas construído nas suas ligações com o outro e com o mundo. Nesta perspectiva, “[...] o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, re-elaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele.” (VASCONCELLOS, 1992, p. 02). Não basta expor o conteúdo em uma ou duas aulas, é importante a participação do aluno na discussão e análise do exposto.

Quando o estudante se confronta com um tópico de estudo, o professor pode esperar que ele apresente, a respeito do mesmo, apenas uma visão inicial, caótica, não elaborada ou *sincrética*, e que se encontra em níveis diferenciados entre os alunos. Com a vivência de sistemáticos processos de análise a respeito do objeto de estudo, passa a re-construir essa visão inicial, que é superada por uma nova visão, ou seja, uma *síntese*.

A síntese, embora seja qualitativamente superior à visão sincrética inicial, é sempre provisória, pois o pensamento está em constante movimento e, conseqüentemente, em constante alteração. Quanto mais situações de análises forem experienciadas, maiores chances o aluno terá de construir sínteses mais elaboradas. O caminho da síncrese para a síntese, qualitativamente superior, via análise, é operacionalizado nas diferentes estratégias que o professor organiza, visando sistematizar o saber escolar. É um caminho que se processa no pensamento e pelo pensamento do aluno, sob a orientação e acompanhamento do professor, possibilitando o concreto pensado. (ANASTASIOU, 2005, p. 09, grifos no original).

Conforme citação acima, o método dialético aponta que o conhecimento se dá em três momentos: *síncrese*, análise e síntese. Na *síncrese* o objeto de

estudo é exposto, depois analisado, observado, discutido o que leva para o terceiro momento, o da síntese, em que o objeto de estudo é desconstruído e ressignificado. Segundo Vasconcellos (1992), esses três momentos correspondem a três grandes dimensões: mobilização para o conhecimento, construção do conhecimento e elaboração da síntese do conhecimento.

Na mobilização para o conhecimento o professor cria condições para despertar no aluno o interesse em conhecer o objeto em questão. “Aqui é necessário todo um esforço para dar significação inicial, para que o sujeito leve em conta o objeto como um desafio.” (VASCONCELLOS, 1992, p. 03). Assim, o professor precisa ter a sensibilidade para selecionar aquilo que é de interesse do aluno, daí a importância do planejamento e dos objetivos. Cabe a ele motivar e instigar a curiosidade e o interesse do aluno quanto aos conteúdos abordados. Compete ao professor e ao aluno entender o porquê e para quê. Sabendo a resposta, essa primeira etapa torna-se muito mais fácil para ambos, porque significa.

Na construção do conhecimento, o segundo nível da interação é o momento em que o aluno estabelece relações internas e externas para captar a essência do objeto estudado. Nesta etapa, há uma ação do sujeito sobre o objeto. O docente problematiza e possibilita a participação ativa do aluno nas discussões e representações, mas a construção do conhecimento é exclusiva do aluno. A problematização instala a contradição com o conhecimento parcial do aluno e pode resultar na superação deste estágio do conhecimento. Desta forma, há o rompimento com o conhecimento anterior.

Na elaboração da síntese do conhecimento, o educando sistematiza o conhecimento para compreensão concreta do objeto. Trata-se da materialização do conhecimento, por meio de exposição oral, gestual, escrita ou prática. O processo não termina neste ponto, pelo contrário, está sempre em movimento.

Em todas as etapas apresentadas, o professor tem o papel de mediador, que deve garantir o movimento entre uma etapa e outra e nisso precisa ser um estrategista, conhecer meios que possibilitem a eficácia do processo.

## AS FERRAMENTAS DE ENSINO: ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM

As estratégias de ensinagem visam à consecução de objetivos e referem-se a todas as técnicas, métodos e recursos que o professor lança mão para o desenvolvimento do processo de ensino. Por meio das estratégias o professor aplica ou explora

[...] meios, modos, jeitos, formas, de evidenciar o pensamento, portanto, respeitando as condições favoráveis para se executar ou fazer algo. Esses meios ou formas comportam determinadas dinâmicas, devendo considerar o movimento e as forças, e o organismo em atividade. Por isso, o conhecimento do aluno pelo professor e seu crescente autoconhecimento é essencial para a escolha e a efetivação da estratégia, com seu modo de ser, agir, estar e sua dinâmica pessoal (ANASTASIOU, 2003, p. 04).

Várias são as estratégias disponíveis e, ainda, o docente tem a liberdade de adaptá-las conforme seus objetivos. A seguir, com base em Anastasiou (2003), serão apresentadas algumas estratégias de ensinagem que norteiam o trabalho docente..

## AULA EXPOSITIVA

A aula expositiva, certamente, é uma das estratégias mais utilizadas por docentes do ensino superior. Consiste na exposição e explicação de informações aos alunos. Na perspectiva dialética uma aula expositiva deve ser dialogada, assim haverá a parceria professor-aluno no enfrentamento do conteúdo. Ao preparar uma aula expositiva é primordial ter claro o objetivo e planejar a ordem da explanação para que não haja digressões. Problematização e solicitação de respostas são importantes para garantir a participação ativa dos alunos. O domínio do quadro teórico deve ser tal que, se for interrompido com questionamentos ou observações, o controle do processo não seja perdido. O professor enriquece a exposição com a utilização de recursos audiovisuais os mais variados.

## ESTUDO DE TEXTO

Essa é também uma estratégia bastante utilizada no ensino superior, já que o aluno precisa conhecer as diferentes teorias que fundamentam sua área de formação. Um texto pode ser utilizado para oferecer informações novas, explorar ideias, fazer análises ou elaborar novos conhecimentos. Trata-se, basicamente, da exploração das ideias de um autor a partir de um estudo crítico. O acompanhamento do professor é condição especial para a utilização dessa estratégia, pois, muitas vezes, as habilidades de leitura e interpretação ainda se encontram pouco desenvolvidas nos alunos. A partir do estudo do texto o professor pode solicitar a produção de resenhas, resumos, artigos, fichamentos, etc.

## SEMINÁRIO

O seminário é, também, uma prática corrente na universidade. Consiste em um estudo desenvolvido em grupo, no qual se realiza uma pesquisa sobre determinado tema e o apresenta oralmente. Trata-se de um espaço para debate de temas ou problemas colocados em discussão. No desenvolvimento dessa estratégia o papel do professor é fundamental na preparação e orientação dos alunos, na coordenação para que haja a discussão e participação de todos e no desenvolvimento e encerramento das apresentações, dirigindo a sessão e organizando a síntese. Há diferentes modos para a dinâmica dessa estratégia. O que garante seu sucesso é a preparação.

## PORTFÓLIO

O portfólio é definido como coleção de trabalho. Como estratégia consiste na construção de registro, análise, seleção e reflexão das produções mais significativas ou identificação dos maiores desafios e dificuldade em relação ao objeto de estudo, assim como das formas encontradas para superação. Essa estratégia possibilita o acompanhamento da construção do conhecimento durante o processo e não apenas no final. De acordo com Anastasiou (2003, p. 20), “[...] o portfólio [...] propicia ao professor verificar de forma imediata as dificuldades que o estudante possa estar apresentando e propor soluções para sua superação”.

## DRAMATIZAÇÃO

A dramatização consiste em uma representação teatral baseada num tema ou numa situação-problema. Pode ser desenvolvida a partir da atribuição de papéis de um roteiro ou de modo espontâneo. Contém ideias, conceitos e argumentos relacionados a um objeto de estudo ou a uma situação. Essa estratégia desenvolve a criatividade, a desinibição, a inventividade e a liberdade de expressão.

Muitas outras estratégias, além das apresentadas, podem ser postas em prática no processo de ensino. O importante é fazê-las a partir de objetivos definidos para que façam sentido e sempre em conjunto com o aluno, que participa ativamente de cada um dos movimentos para, assim, construir o conhecimento.



# OS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Toda e qualquer instituição de ensino do século XXI acompanha os avanços tecnológicos e incorpora, entre as atividades do cotidiano, estratégias de ensinagem ligadas à tecnologia da informação, de modo a modernizar e dinamizar o processo de construção do conhecimento. Ignorar os recursos disponíveis e a velocidade com que as informações circulam só acarreta prejuízos para a instituição, para o professor e principalmente para o aluno, que pode não ver sentido no processo já que, na sua prática social, tudo é mais dinâmico e acessível.

Com a difusão da *internet*, as possibilidades para criar novas situações de aprendizagem se tornaram muito mais acessíveis, facilitando, dessa forma, o processo de conhecimento. O ensino aliado às tecnologias é mais condizente com as demandas da sociedade contemporânea, por isso se faz necessário e indispensável. Com o uso do computador, da *internet* e de outros recursos de áudio e vídeo, o conteúdo poderá ser explorado em todas as suas potencialidades.

A *internet* funciona como excelente ferramenta de pesquisa, comunicação e aprendizagem, ou seja, espaço que oferece a interação entre os usuários (docentes e alunos), por isso oportuniza o desenvolvimento de novas experiências no cotidiano escolar e acadêmico, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O AVA é um sistema de gerenciamento de ensino e aprendizagem que funciona pela *internet*. Este sistema virtual disponibiliza uma série de ferramentas que permitem acesso a cursos ou disciplinas e, também, possibilita a interação entre os participantes, assim como amplia e enriquece os espaços de aprendizagem, privilegiando a atividade do sujeito na construção do conhecimento. O AVA tem como principal objetivo propiciar um espaço de interação entre os sujeitos por meio de diferentes tipos e objetos de conhecimento.

Nos ambientes virtuais, é fundamental o papel do professor como mediador de informações, contribuindo de forma interativa com o processo de construção de conhecimento do estudante. Ao aluno cabe o papel de protagonista, pois participa ativamente de todo processo para aprimorar seus conhecimentos.

O AVA é, portanto, um conjunto de ferramentas para diferentes situações do processo de aprendizagem, utilizando diversos recursos de comunicação, interação e construção entre os sujeitos que participam do ambiente. A fim de contribuir para a prática pedagógica, seguem abaixo possibilidades de algumas *interfaces* da *internet* e algumas estratégias para utilização delas em sala de aula.

## LISTA DE DISCUSSÃO POR MEIOS INFORMATIZADOS

Essa é uma estratégia nova que consiste em debates e discussões a distância por meio eletrônico. O tema é estabelecido em conjunto a partir de discussões prévias sobre o objeto de ensino. O professor atua como mediador do processo. Essa é uma atividade comum aos estudantes, pois a praticam em redes sociais com mais ou menos formalidade. Essas discussões formais podem ser desenvolvidas a partir de grupos ou fóruns e os temas ultrapassam os limites acadêmicos e invadem a prática social.

### CHAT

Uma sala de *chat*, segundo Mercado *et al* (2012), é uma conferência *online* que envolve a troca de mensagens entre pessoas de qualquer lugar do mundo, em tempo real. O *chat* pode ser usado pelo docente como ferramenta auxiliar no processo de construção do conhecimento, como um meio para discutir e aprofundar os conteúdos já trabalhados em sala de aula. O *chat* possibilita encontros virtuais para discussões e troca de informações. Cabe ao professor, como mediador, organizar as discussões, limitar o tempo, organizar a pauta para discussões, ou seja, planejar as atividades desenvolvidas nesse espaço, para melhor aproveitá-lo.

### FÓRUM DE DISCUSSÕES

O fórum de discussões é uma interface de comunicação e socialização, que permite a interação entre duas ou mais pessoas, mas diferente do *chat* não é necessário que estejam *online*. Sendo assíncrono, há possibilidade de realizar novas contribuições a qualquer momento já que as discussões permanecem à disposição dos participantes. Sendo assim, “[...] permitem um maior grau de reflexão sobre os escritos pelos demais participantes, que têm mais tempo para organizar e escrever as próprias ideias.” (MERCADO *et al*, 2012, p. 115). Ao docente cabe a seleção adequada do tema e a elaboração de questões pertinentes e provocativas, bem como a (re)alimentação das discussões para que os alunos encontrem espaço para interagir.

### BLOG

O *blog* é a ferramenta mais popular do mundo virtual. Caracteriza-se por ser um site no qual aquele que gerencia a página faz atualizações diárias que podem ser comentadas pelos sujeitos que utilizam a *internet*. Essa ferramenta, no campo acadêmico, pode ser utilizada como portal da disciplina, pois liga

professor e aluno, amplia a aula, permite a interação e torna o trabalho visível, tanto do docente quanto do estudante. Esse pode ser um espaço de discussões, produções textuais, troca de informações, veiculação de ideias, organizador de conteúdos, entre outros tantos modos pelos quais se pode explorar todas as potencialidades dessa ferramenta. Trata-se de um ambiente cooperativo, que se constrói pela interação e participação nas discussões com comentários do usuário.

## AS REDES SOCIAIS

As redes sociais também são grandes aliadas no processo de construção do conhecimento, pois através delas é possível a interação entre os estudantes e os professores, por meio de discussões, compartilhamento de ideias, criação de grupos de discussão da disciplina, que pode, inclusive, agregar outros membros além daqueles que fazem parte do grupo restrito. É possível, por meio desses grupos, o compartilhamento de textos, notícias, curiosidades, vídeos, músicas e, com isso, a ampliação das possibilidades de discussão e multiplicação do acesso de conteúdos para a continuidade da formação

## WEBCONFERÊNCIA

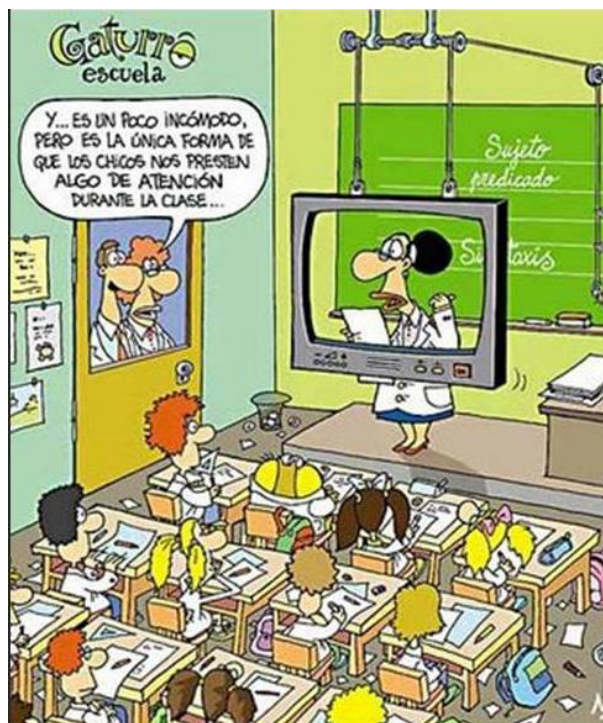
A webconferência é uma reunião ou encontro virtual realizada por meio da *internet*. Este recurso possibilita a comunicação de um ou mais participantes por meio de *webcam*. Cada participante assiste de seu próprio computador. É um recurso que utiliza áudio, vídeo, *chat*, apresentação de *slides* ou outros documentos, transferência de arquivos e ainda serve como ponto de encontro para os participantes e suporte para dúvidas. Os alunos e os professores podem se comunicar em tempo real. Além disso este recurso permite a apresentação e o recebimento de textos, gráficos, desenhos, etc.

Assista os vídeos abaixo e elabore um pequeno texto escrito apontando as diferenças entre metodologia e tecnologia.

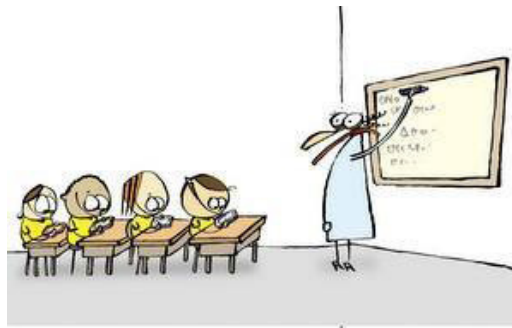


[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=IJY-NIHDW\\_4](https://www.youtube.com/watch?v=IJY-NIHDW_4)

Os recursos utilizados pelos professores representados no cartuns são eficientes? Por que?



[HTTP://GEOVANI.JG.BLOGSPOT.COM.BR/2011/03/GOOGLE-IMAGENS-TECNOLOGIA-E-EDUCACAO.HTML](http://geovani.jg.blogspot.com.br/2011/03/google-imagens-tecnologia-e-educacao.html)



[HTTP://JOTA-A.BLOGSPOT.COM.BR/](http://jota-a.blogspot.com.br/)  
ACESSO EM 16/11/2014 16:08



# PREPARANDO A DISCIPLINA

Tudo o que foi apresentado até aqui teve como objetivo oferecer subsídios teórico-metodológicos para a prática docente no que se refere ao planejamento, elaboração e administração das aulas. Tomar conhecimento das concepções didático-pedagógicas e dos procedimentos metodológicos favorece a qualidade no ensino, pois o professor, além da competência teórica, tem condições de potencializar a construção do conhecimento a partir de diferentes métodos e abordagens.

Fundamentados teoricamente, é chegada a hora da prática, que se inicia pelo planejamento da disciplina. Ao ser designado para ministrar determinada disciplina, o docente recebe a ementa e a partir dela elabora seu plano de curso ou programa da disciplina. Esse programa é um documento da disciplina e de redação obrigatória.

A seguir será apresentado cada um dos elementos que compõem o plano de ensino.

## EMENTA

A ementa é uma súmula da disciplina. Sobre ela qualquer professor redige seu plano de curso, de acordo com o PPP. Recomenda-se sua distribuição aos alunos no primeiro dia de aula.

De acordo com Brauer (2012, p. 65), “[...] a presença e a qualidade da ementa são excelentes índices da eficácia do ensino dispensado.” Porque, segundo o autor, os alunos aprendem mais se receberem a ementa no primeiro dia de aula, pois neste momento o professor traça o andamento da disciplina para o aluno se organizar para as aulas.

A ementa representa uma espécie de contrato entre o professor e os alunos, no qual se especifica o que cabe a cada uma das partes e as atribuições do estudante para ter um bom aproveitamento da disciplina. A ementa permite que o aluno visualize quais serão os temas tratados e os modos como se desenvolverão as aulas e a forma como serão avaliados.

A ementa, de certo modo, obriga o professor a se organizar, pois planeja antecipadamente cada passo a ser dado em suas aulas, permitindo-lhe “[...] tomar decisões conscientes sobre sua atividade de ensino” (BRAUER, 2012, p. 67).

O quadro a seguir traz um exemplo de ementa para a disciplina de Noções de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e os itens que devem ser preenchidos para a elaboração do plano de curso e plano de ensino.





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO**

Campus Universitário de Guarapuava  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Letras

**Curso: Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa**

**Série: 1º Ano: 2013**

**Disciplina: NOÇÕES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

**Código: 2371 C/H Semanal: 2aulas C/h Total: 68h/a**

**Horário de atendimento:**

**Professor:**

### **EMENTA**

Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); conhecimento da cultura surda; reconhecimento da importância dos sinais nas práticas educativas; noções práticas de sinais e interpretação; noções linguísticas de LIBRAS; noções do sistema de transcrição.

### **OBJETIVOS**

**PROGRAMA (conteúdo programático)**

**METODOLOGIA**

**AVALIAÇÃO**

**BIBLIOGRAFIA**

- **BÁSICA**
- **COMPLEMENTAR**

**Chefe de Departamento:** \_\_\_\_\_

**Professora da Disciplina:** \_\_\_\_\_

Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

# PLANO DE ENSINO OU PLANO DE CURSO

O plano de ensino é um instrumento didático-pedagógico e administrativo de elaboração e uso obrigatório. O docente tem a obrigação de elaborar o plano de ensino e disponibilizá-lo à coordenação do curso e ao setor no qual o curso está agregado e também ao aluno. O plano de ensino contém todas as informações importantes para que o aluno organize seu semestre letivo antecipadamente, tais como o programa de conteúdos, formas e critérios de avaliação, e a bibliografia utilizada ao longo do ano letivo.

O plano de ensino é o planejamento da disciplina, o que significa que pode ser adaptado ou modificado conforme as necessidades que surgem no decorrer do período, no entanto, sem alterações significativas para não prejudicar os alunos.

Um plano de ensino bem elaborado facilita o trabalho docente durante o ano letivo, na organização das atividades e no modo de atingir os objetivos propostos. Não existe receita para sua elaboração, pois cada público terá necessidades diferentes.

## OBJETIVOS

Foi reiterada, durante todo o material, a importância dos objetivos para o bom andamento das aulas, pois são eles que indicam a finalidade e as metas a serem atingidas na aula. A redação dos objetivos é o primeiro passo a ser dado na elaboração do planejamento, pois é em função deles que se organizam as ações do professor e dos alunos, a escolha de métodos e técnicas, a escolha dos conteúdos, a seleção de textos para referência e os modos de avaliação. De acordo com Masetto (2012), os objetivos precisam se revestir de algumas características:

- Ser reais e tangíveis;
- Ser operacionalizados, definidos em termos de concretos de comportamento, ações ou atividades que se esperam dos alunos;
- Representar as necessidades do indivíduo que aprende, quando são levadas em conta as motivações e aspirações do aluno com aquelas do professor;
- Representar as necessidades da comunidade, quando se consideram as características da sociedade contemporânea, a necessidade daquela profissão na sociedade e o tipo de profissão que ela está exigindo (MASETTO, 2012, p. 194).

Os objetivos devem representar as necessidades reais dos alunos, suas expectativas, e precisam ser viáveis, de modo que se possa cumpri-los dentro do tempo e limites estipulados. Não adianta elaborar uma dezena de objetivos se não houver tempo suficiente para executá-los. Além disso, os objetivos devem ser bem definidos e claros o suficiente para que os alunos saibam o que de fato será abordado em aula.

<http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/fernando/TG%20I/Lista%20de%20verbos%20para%20objetivos.pdf>

- <http://amigadapedagogia.blogspot.com.br/2012/04/coletanea-de-verbos-para-elaboracao-de.html>

Este *blog* apresenta uma coletânea de verbos para a elaboração dos objetivos.

## PROGRAMA OU CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático abrange, em consonância com os objetivos, os conceitos, assuntos e temas abordados na disciplina. De acordo com Masetto (2012),

O conteúdo deve colaborar para a aprendizagem esperada, não correr em paralelo ao restante do curso. Com o tema, as sugestões de leituras e/ou pesquisas deverão ser feitas. Nessa indicação, deve-se ser muito preciso com relação ao artigo, ao capítulo, ao site, à revista ou ao livro que será consultado, pois serão materiais usados em aula para as atividades previstas. Desaconselha-se a indicação de extensa lista de material a ser lido ou consultado para a aula, pois sabe-se que os alunos não têm tempo para isso e, de fato, o material não será todo usado naquela aula. Depois de estudado o assunto, indicar bibliografia complementar é louvável e necessário (MASETTO, 2012, p. 196).

Trata-se, neste item, de elencar quais serão os temas discutidos em aula e a ordem em que ocorrerão as discussões. Para essa organização, é necessário que, antes, o professor selecione os textos teóricos com os quais trabalhará em aula, pois só assim tem condições de planejar o modo pelo qual o conteúdo será abordado e que estratégias utilizará para favorecer e motivar o aprendizado do aluno.

# METODOLOGIA

Refere-se ao modo como o professor ministra suas aulas, estratégias utilizadas para atingir os objetivos propostos. O professor descreve os meios escolhidos para facilitar a aprendizagem dos alunos. Por exemplo: aulas expositivas, seminários, dramatização, debate, etc. Masetto (2012) chama a atenção para a importância da utilização de estratégias diversas até mesmo para motivar os alunos.

# AValiação

Neste item o professor descreve os modos da avaliação durante o processo de aquisição do conhecimento. As formas de avaliação são claras e explícitas para os alunos. Assim como a metodologia, a avaliação também condiz com os objetivos a alcançar e planejada com muito cuidado e atenção, pois é um dos itens mais difíceis de serem modificados durante o processo. Pesos e formas de avaliação são descritos para melhor organização e comprometimento dos alunos.

O elemento que fundamenta a avaliação é a aprendizagem e não a atribuição de notas para classificação. A avaliação, de acordo com Masetto (2012), acompanha o processo de aprendizagem e as atividades realizadas durante o período letivo são valorizadas, pois a mensuração do conhecimento não se restringe a uma avaliação no final do semestre. Avalia-se para saber como intervir na aprendizagem e não somente para classificação em situação de aprovação ou reprovação.

A avaliação dos processos de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem de cada aluno. A avaliação tem diferentes finalidades: 1) avaliação diagnóstica: utilizada para determinar a ausência ou presença de determinadas habilidades, bem como para identificar possíveis dificuldades; 2) avaliação formativa: é empregada durante o processo para identificar o progresso do aluno; 3) avaliação somativa: é empregada para quantificar notas e classificar os alunos; os instrumentos mais utilizados são as provas e os seminários.

O processo de avaliação é planejado. São os objetivos que apontarão “[...] o que avaliar, de que forma avaliar, qual instrumento ou técnica utilizar para avaliar, o que registrar e de que forma, como discutir o aproveitamento da

atividade e qual o encaminhamento a ser combinado com o aluno.” (MASETTO, 2012, p. 176). Sendo assim, a clareza sobre os objetivos e o método de avaliação são fundamentais para o professor e para o aluno, pois oferece segurança a ambos. Na sequência, serão apresentadas algumas técnicas para avaliação de aprendizagem:

## PROVA DISCURSIVA OU DISSERTAÇÃO

Caracteriza-se pela apresentação de questões que o aluno responderá livremente, formulando, organizando, abreviando ou ampliando as respostas. Neste modelo, avalia-se o cabedal de conhecimentos, a lógica nos processos mentais, a justificação de opiniões, capacidade de síntese, clareza de expressões e organização das ideias.

## PROVA ORAL, ENTREVISTA

Caracteriza-se pela formulação de perguntas e respostas orais. Avalia-se a profundidade dos conhecimentos, opiniões, julgamentos, apreciações, habilidades de se expressar oralmente.

## PROVA COM CONSULTA

Diferente do que se pensa, uma prova com consulta não é uma prova em que o aluno consulta o material para encontrar uma resposta à pergunta formulada pelo professor. Trata-se de uma situação-problema que exige do aluno a pesquisa e o estudo para solucioná-la. Além disso, devem-se apresentar as fontes usadas para a pesquisa. O tempo para a aplicação dessa técnica não pode ser inferior a uma semana.

## PROVA COM TESTE DE MÚLTIPLA ESCOLHA

O objetivo desse tipo de prova é avaliar a compreensão de todos os conceitos e teorias estudados. Brauer (2012, p. 172) chama a atenção para 10 pontos que devem ser considerados na elaboração de uma prova de múltipla escolha:

1. cada questão deve ter sentido por si mesma (independentemente das outras questões);
2. formulações negativas devem ser evitadas; se elas forem incontornáveis, que venham em maiúsculas e em negrito;
3. todas as respostas devem ser plausíveis e seguir o tema geral;

4. respostas falsas devem ser inequivocadamente falsas;
- 5 todas as respostas devem ser corretas do ponto de vista gramatical, especialmente se forem continuação da parte principal da questão;
6. evite respostas corretas muito semelhantes à pergunta;
7. todas as respostas deveriam ter quase a mesma extensão;
8. A resposta certa é inserida aleatoriamente na posição (a), (b), (c) ou (d);
9. evite respostas especiais do tipo: “(d) as respostas (a), (b), (c) são igualmente certas”;
10. evite questões que tenham por objetivo transmitir informações novas ou pertinentes.

## APRESENTAÇÕES

Trata-se de uma técnica para avaliar os trabalhos apresentados oralmente pelo aluno, como os seminários, por exemplo. De acordo com Brauer (2012, p. 176), para que esta técnica tenha sucesso o professor oferece ao aluno uma grade de avaliação, antecipadamente, para que ele saiba sob quais critérios é avaliado. Segue o modelo apresentado pelo autor (cabe ao docente fazer as modificações necessárias):

## Avaliações das minipresentações (5 minutos)

### 1. Extensão

Entre 4 e 6 minutos .....	1,5 ponto
Entre 3 e 4 minutos ou entre 6 e 7 minutos .....	0,5 ponto
Menos de 3 minutos e mais de 7 minutos .....	0,0 ponto

### 2. Conteúdo

Conteúdo focado no tema da apresentação, clara distinção entre informações pertinentes e informações não pertinentes .....	1,5 ponto
Parcialmente fora do assunto, pouca distinção entre as informações não-pertinentes .....	0,5 ponto
Fora do assunto, maioria de informações não-pertinentes .....	0,0 ponto

### 3. Estrutura

Apresentação bem estruturada (uma frase de introdução, duas ou três partes centrais, uma frase de conclusão) .....	1,5 ponto
Apresentação mal estruturada (ausência de introdução ou de conclusão, muito tempo em algumas partes e muito pouco tempo em outras de importância equivalente .....	0,5 ponto
Apresentação sem estrutura aparente.....	0,0 ponto

### 4. Estilo de apresentação

Fala audivelmente, olha para os colegas, desenvolve as ideias a partir de notas sumárias (não lê seu texto, não recita), a apresentação é animada e viva.....	1,5 ponto
A apresentação possui duas ou três das características supramencionadas.....	0,5 ponto
A apresentação possui menos de duas das características supramencionadas.....	0,0 ponto

### 5. Utilização de recursos audiovisuais

Utiliza recursos audiovisuais de maneira pedagógica (ex. o corpo da fonte das transparências [slides] é tamanho 18 ou maior, as transparências [slides] trazem pouco texto, há um vínculo estreito entre as transparências [slides] e as explicações orais).....	1,5 ponto
Utiliza recursos audiovisuais, mas de maneira pouco pedagógica .....	0,5 ponto
Não utiliza recursos audiovisuais.....	0,0 ponto

(BRAUER, 2012, p. 177).

## TRABALHOS ESCRITOS

Consiste na elaboração de diferentes tipos de texto e, como na avaliação da apresentação, o professor especifica o que será avaliado. Podem ser avaliados resumos, resenhas, artigos e outros diferentes tipos de textos.

O objetivo das avaliações, como já foi salientado, é avaliar o progresso dos alunos em vários momentos. As técnicas descritas acima são os instrumentos de avaliação mais comuns, mas outros podem ser inseridos no processo avaliativo como: trabalhos em grupo, participação na aula, diário de curso, etc

## BIBLIOGRAFIA

Na parte reservada à bibliografia, o professor elenca todas as obras que são discutidas em aula e as utilizadas para elaborar o plano de ensino. Em suma, indica-se a bibliografia necessária para a disciplina. No plano de ensino, a bibliografia é compreendida em dois conjuntos: o básico e o complementar. No primeiro, conforme Masetto (2012, p. 197), elenca-se o “[...] material que será estudado, lido e pesquisado para as atividades a serem realizadas nos diversos ambientes de aprendizagem, bem especificado e detalhado.” No conjunto da bibliografia complementar, listam-se materiais a serem consultados posteriormente, como complemento do primeiro ou como fonte para estudos futuros.

## CRONOGRAMA

Embora este item não esteja presente no modelo apresentado, é elaborado para organizar o plano de ensino. No cronograma o docente distribui o conteúdo programático, indicando os dias nos quais se dedicará a determinado tema. Isso evita extrapolar o tempo e garante o cumprimento do planejado. Ao organizar o cronograma, é importante que o professor siga o calendário da instituição. Uma disciplina de 68h/a, por exemplo, com 2h/a semanais, terá 34 encontros, dessa forma o cronograma é organizado por encontros e o que será desenvolvido em cada um deles.

Esses são os elementos necessários e imprescindíveis para a elaboração do plano de ensino. O cuidado em sua elaboração facilitará o trabalho do docente e, conseqüentemente, do discente, que sabe de que forma a disciplina é encaminhada.



# REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C. Estratégias de Ensino. In: ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (org.). **Processos de ensino na universidade**: pressupostos para as estratégias do trabalho em aula. 6. ed. Joinville: Univille, 2003.

ARANHA, M. L de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1990.

BEHRENS, M. A. A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno. In: MASSETO, M. T. (org.). **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 57-68.

BRANDÃO, J. E. de A. A Evolução do ensino superior brasileiro: uma abordagem histórica abreviada. In: MOREIRA, D. A. (org.) **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 1997.

BRAUER, Markus. **Ensinar na universidade**: conselhos práticos, dicas, métodos pedagógicos. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

D'ÁVILA, C. M. Didática: a arte de formar professores no contexto universitário. In: D'ÁVILA, C. M; VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática e docência na educação superior**: implicações para a formação de professores. Campinas: Papirus, 2012.

FREIRE, P. [1996] **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

\_\_\_\_\_. (org.). **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

MERCADO, L. P. L. et al. Internet e suas interfaces na formação para docência online. In: SILVA, M. (org.). **Formação de professores para docência online**. São Paulo: Loyola, 2012.

OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRE, M. E. D. A. de. A prática do ensino de didática no Brasil: Introduzindo a temática. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Alternativas do Ensino de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

PASSOS, M. B. de A. **Professores do ensino superior: práticas e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, L. F dos; CAMPOS, M de L. I. L. O ensino de libras para futuros professores da educação básica. In: LACERDA, C. B. F de; SANTOS, L. F dos. (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à libras e à educação de surdos. São Carlos: EduFSCar, 2013.

VASCONCELLOS, C. S. Metodologia dialética em sala de aula. **Revista de Educação AEC**, Brasília, n. 83, abril, 1992.

